



Governo investe no Algarve para evitar contaminação de águas

30 de Setembro, 2013



ordem dos 14 milhões de euros nos sistemas de abastecimento e de saneamento de águas residuais no Algarve, estruturas cujo funcionamento evitará a contaminação de águas balneares.

Durante o mês de Agosto, várias praias da região algarvia foram afectadas por descargas de águas residuais, que obrigaram à interdição a banhos, nomeadamente nos concelhos de Silves e Albufeira, na sequência da abertura da ribeira de Alcantarilha.

"Foi possível identificar quais são as operações de maior coordenação entre todos os organismos para que situações como aquelas que foram vividas pontualmente no Algarve não se repitam", afirmou Jorge Moreira da Silva aos jornalistas.

O governante falava à margem de uma reunião na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, em Faro, durante a qual foi assinado um protocolo entre a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Águas do Algarve e a Algar (responsável pelo sistema multimunicipal de tratamento de resíduos), que ficará com a gestão do sistema de Odeleite-Beliche.

Segundo Jorge Moreira da Silva, está prevista a construção de duas novas estações de tratamento de águas residuais (ETAR), na zona da Companheira, em Portimão, com um investimento estimado de 10,8 milhões de euros, e em Vila do Bispo/Sagres, com um custo aproximado de 2,2 milhões de euros.

O concurso para a construção de ambas deverá abrir ainda este ano, sendo que as novas infra-estruturas

deverão contribuir para melhorar as condições de abastecimento de água e resolver alguns problemas de incumprimento das regras ambientais, frisou o ministro.

A terceira intervenção anunciada por Jorge Moreira da Silva e iniciada já durante este mês refere-se à requalificação dos habitats da Lagoa dos Salgados, zona húmida privilegiada para a nidificação de aves, num investimento aproximado de 1,2 milhões de euros.

Segundo o governante, estes investimentos só são possíveis porque a Águas do Algarve conseguiu recuperar 20 milhões de euros de dívidas dos municípios algarvios através do Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), montante que representa um terço da dívida total (60 milhões).

Jorge Moreira da Silva explicou ainda que a construção daquelas estruturas deverá ser paga através de meios públicos e ao abrigo de programas operacionais.

Sublinhando que é também necessário promover uma maior coordenação entre as entidades para evitar situações como as que aconteceram este verão no Algarve, Jorge Moreira da Silva prometeu uma maior articulação.

"Naquilo que é da nossa responsabilidade, a coordenação, os organismos visados vão criar todas as condições para uma maior informação e uma maior coordenação", concluiu.

Lusa/SOL

Tags: Política, Ambiente, Água, Algarve, Investimento